



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

12/01/2016 ATÉ 12/01/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE CNJ.....	1
2	JUIZADOS ESPECIAIS	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	2
	2.2 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	2.3 BLOG DO NETO FERREIRA	4
	2.4 G1 MARANHÃO.....	5
	2.5 IMIRANTE.COM.....	6
3	JUÍZES	
	3.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	7
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	8
5	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	5.1 IMIRANTE.COM.....	9
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 BLOG REI DOS BASTIDORES.....	10
	6.2 SITE FOLHA DO BICO.....	11

Incêndio deixa Juizado de Ribamar sem sistemas e sem internet

Incidente ocorreu na madrugada desta terça-feira 12. Providências de urgência já foram tomadas

(adsbygoogle = window.adsbygoogle alt="" hspace="10" vspace="10" align="top" class="knewinimagem" />

Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, ocorrido na madrugada desta terça-feira 12, deixou a unidade sem condições de funcionamento.

Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, ocorrido na madrugada desta terça-feira 12, deixou a unidade sem condições de funcionamento. Divulgação Incidente Estrutura do prédio ficou tomado por cinzas após incêndio

"Fui informado, logo nas primeiras horas do dia de hoje, que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro. Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial. Existe a possibilidade da Oi fazer uma perícia no sentido de descobrir as causas e como o incêndio começou", declarou o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, por telefone.

Libério enfatizou que, sem internet, não há como acessar os sistemas e dar andamento nos trabalhos processuais. "Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica", disse.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas, e acionou a Divisão de Informática da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de avaliar os danos e, posteriormente, iniciar o trabalho de reestruturação da rede lógica do juizado. Ela destacou, ainda, que a Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão também já se deslocou para avaliar a situação.

Márcia Chaves já repassou a situação para a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, que se prontificou a agilizar o trabalho de recuperação do juizado. "A corregedoria não vai medir esforços para que o juizado ribamarense volte à normalidade o quanto antes. Se preciso for, atuaremos junto à presidência do TJ para recuperar a unidade. O jurisdicionado de Ribamar não pode sair prejudicado", afirmou Anildes.

Incêndio em Juizado em Ribamar

Aparelho teria entrado em curto-circuito, dando origem ao incêndio no Juizado|Piso da sala de espera do juizado ficou sujo de fuligem produzida no incêndio|Chão e paredes de corredor ficaram com a cor escura após o incêndio|

Piso da sala de espera do juizado ficou sujo de fuligem produzida no incêndio|Chão e paredes de corredor ficaram com a cor escura após o incêndio|

Chão e paredes de corredor ficaram com a cor escura após o incêndio|

Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, deixou a unidade sem condições de funcionamento. De acordo com o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, o incidente foi na madrugada desta terça-feira, 12.

"Fui informado, logo nas primeiras horas do dia de hoje, que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro", disse Libério, por telefone.

E segue: "Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial. Existe a possibilidade da Oi fazer uma perícia no sentido de descobrir as causas e como o incêndio começou". Ele enfatizou que sem internet não há como acessar os sistemas e dar andamento nos trabalhos processuais. "Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica", concluiu.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas, e acionou a Divisão de Informática da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de avaliar os danos e, posteriormente, iniciar o trabalho de reestruturação da rede lógica do juizado. Ela destacou, ainda, que a Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão também já se deslocou para avaliar a situação.

Márcia Chaves já repassou a situação para a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, que se prontificou a agilizar o trabalho de recuperação do juizado. "A corregedoria não vai medir esforços para que o juizado ribamarense volte à normalidade o quanto antes. Se preciso for, atuaremos junto à presidência do TJ para recuperar a unidade. O jurisdicionado de Ribamar não pode sair prejudicado", afirmou Anildes.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça

Incêndio destrói prédio do Juizado de Ribamar

Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, deixou a unidade sem condições de funcionamento. De acordo com o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, o incidente foi na madrugada desta terça-feira, 12.

"Fui informado logo nas primeiras horas do dia de hoje que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro", disse Libério, por telefone.

E segue: "Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial. Existe a possibilidade da Oi fazer uma perícia no sentido de descobrir as causas e como o incêndio começou". Ele enfatizou que sem internet não há como acessar os sistemas e dar andamento nos trabalhos processuais. "Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica", concluiu.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas, e acionou a Divisão de Informática da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de avaliar os danos e, posteriormente, iniciar o trabalho de reestruturação da rede lógica do juizado. Ela destacou, ainda, que a Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão também já se deslocou para avaliar a situação.

Ela conversou com a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, que se prontificou a agilizar o trabalho de recuperação do juizado. "A corregedoria não vai medir esforços para que o juizado ribamarense volte à normalidade o quanto antes. Se preciso for, atuaremos junto à presidência do TJ para recuperar a unidade. O jurisdicionado de Ribamar não pode sair prejudicado", afirmou Anildes.

Juízes tomam posse nas Turmas Recursais de Chapadinha e Imperatriz

Em solenidade realizada na manhã desta sexta-feira, dia 8, os juízes Samir Mohana, Welinne Coelho e Joscelmo Gomes assinaram termo de posse e exercício como novos membros de turmas recursais. A assinatura dos termos foi presidida pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e prestigiada pelas juízas Sara Gama e Rosária Duarte, auxiliares da corregedoria. Além da corregedora, a juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, deu as boas-vindas aos magistrados, ressaltando a importância do engajamento dos juízes das turmas em dar vazão aos recursos. "O Judiciário não tem medido esforços no sentido de ser mais célere. Hoje recebemos esses valorosos magistrados e com a certeza de que darão o melhor", destacou ela. O juiz Joscelmo Sousa Gomes, titular do 1º Juizado Especial Cível de Imperatriz, tomou posse como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz. "Hoje a turma recursal de Imperatriz está com aproximadamente 4 mil processos pendentes de julgamentos. Nosso intuito é promover reuniões extras no sentido de diminuir drasticamente esse número", ressaltou ele, que compõe a turma juntamente com os juízes Joaquim da Silva Filho e Débora Jansen. A juíza Welinne Coelho, que é titular da 2ª Vara de Chapadinha, tomou posse como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Chapadinha. "nosso objetivo é contribuir para o projeto que já está sendo desenvolvido pelos nossos colegas na turma recursal de Chapadinha, inclusive com distribuição mensal e julgamento mensal da turma. Essa é nossa expectativa", declarou ela. O outro juiz que tomou posse como membro suplente da turma foi Samir Mohana, titular da Comarca de Urbano Santos. "Chego para contribuir e, ao mesmo tempo, aprender com os colegas. Sempre que for solicitado espero exercer minha função da melhor maneira possível. Vontade não vai faltar", disse Mohana. Também presente à solenidade, o juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, que preside a Turma Recursal de Chapadinha, ressaltou a chegada dos dois novos membros. "Hoje prestigio aqui a posse desses dois novos juízes. Atualmente, a turma é composta por mim, Welinne Coelho e Mirella Cezar Freitas. É muito bom trabalhar com esses magistrados, da pra ver a qualidade das decisões que eles proferem. Hoje, atingimos o patamar de julgar todos os processos que entram no mês", observou.

TJMA discute melhorias para Justiça de 1º Grau

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, discutiu nesta segunda-feira (11) a implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base, em reunião com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, que coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal. Entre os assuntos elencados na primeira reunião com a Presidência do TJMA, a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais em todo o Estado. Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presidência) e a servidora da CGJ-MA, Josiane Fonseca. O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base. "O comitê poderá contribuir decisivamente no aperfeiçoamento dos serviços judiciários de Primeiro Grau", frisou o desembargador. Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades. "Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA", orientou o presidente Cleones Cunha. A Resolução, quando finalizada, deverá ser submetida à aprovação do Pleno do Tribunal de Justiça. COMITÊ - O Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau foi instituído pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão em dezembro de 2014, pela Resolução GP 43/2014, seguindo a Política Nacional para o mesmo fim, criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 194/2014. A medida tem como objetivo desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários de Primeiro Grau.

Após determinação da Justiça, Polícia Civil prende homens acusados de realizar assaltos na região

Uma operação da Polícia Civil, sob comando do delegado do 2º distrito policial de Açailândia, Leonardo Carvalho Moreira, resultou na prisão de dois homens acusados de realizar vários assaltos na cidade de Açailândia e região.

Eles foram identificados como Arlenon Lemos da Silva e Jhonatan dos Santos. A prisão ocorreu na manhã desta terça feira, 12.

Contra os dois haviam uma representação por prisão preventiva, ambos foram levados para o 9º Departamento Policial de Açailândia onde vão cumprir a pena. "A prisão foi possível após alguns meses de investigações, eles possuem participação em roubos de motos. Desencadeamos a operação e obtivemos sucesso", afirmou.

Incêndio deixa Juizado de Ribamar sem condições de funcionamento

Incêndio deixou o prédio do Juizado sem internet (Foto: Divulgação/Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão)
Um incêndio na madrugada desta terça-feira (12), no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, a 32 km de São Luís, acabou deixando o prédio sem condições de funcionamento.

Segundo o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, a combustão teria sido iniciada no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. “Fui informado, logo nas primeiras horas do dia de hoje, que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro”, disse Libério. Ainda conforme o magistrado, ainda não foi possível identificar a causa do incêndio. Sobre o andamento dos trabalhos internos no juizado. “Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial”.

Libério afirma que sem internet não existe a menor possibilidade realizar os serviços a comunidade. “Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica”, enfatizou.

A juíza Márcia Chaves, responsável pela coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas no sentido de avaliar os danos materiais no juizado. “A corregedoria não vai medir esforços para que o juizado ribamarense volte à normalidade o quanto antes”, finaliza.

Incêndio deixa Juizado de Ribamar sem sistemas e sem internet

Divulgação|

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, deixou a unidade sem condições de funcionamento. De acordo com o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, o incidente foi na madrugada desta terça-feira (12).

"Fui informado logo nas primeiras horas do dia de hoje que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro", disse Libério, por telefone.

E segue: "Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial. Existe a possibilidade da Oi fazer uma perícia no sentido de descobrir as causas e como o incêndio começou". Ele enfatizou que sem internet não há como acessar os sistemas e dar andamento nos trabalhos processuais. "Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica", concluiu.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas, e acionou a Divisão de Informática da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de avaliar os danos e, posteriormente, iniciar o trabalho de reestruturação da rede lógica do juizado. Ela destacou, ainda, que a Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão, também, já se deslocou para avaliar a situação.

TJ-MA mantém sistema eletrônico de assistência e monitoramento carcerário

SÃO LUÍS - O cadastramento de solicitações de atendimento ou registro de denúncias de casos que envolvam irregularidades no sistema carcerário estadual podem ser feitos eletronicamente, por meio do Sistema UMF, no Portal do Poder Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), na seção "cidadão", no link do "monitoramento carcerário".

Com a ferramenta online - que auxilia no trabalho da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Poder Judiciário (UMF) - partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes podem cadastrar solicitações como pedido para emissão de documentos; inclusão de apenados em curso de qualificação profissional; informações processuais; inspeções; regularização de guia de internação; vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros.

De acordo com o coordenador geral da UMF, desembargador Froz Sobrinho, o serviço facilita o acesso do cidadão ou autoridades no acompanhamento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou familiares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos.

"Os interessados podem monitorar as fases e fiscalizar a tramitação e possíveis irregularidades judiciais, que porventura envolvam processos criminais", esclarece.

O sistema foi especificado e desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal de Justiça e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça, incluindo-se entre as medidas para aprimorar a comunicação com o público externo, facilitar o acesso à Justiça e promover a cidadania.

Sigilo

Ao acessar o sistema o usuário vai poder acompanhar o andamento da solicitação até seu fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou responder à solicitação, de acordo com meta interna do TJ-MA.

"Os pedidos e denúncias são cadastrados no sistema de forma sigilosa, garantindo a segurança dos usuários", informa o coordenador executivo da UMF, Ariston Júnior.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações acerca do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará a solicitação à Secretaria Estadual de Justiça (SEJAP) ou outro órgão competente.

Judiciário maranhense abre ano discutindo melhorias para o 1º grau

Na primeira reunião do ano, melhorias para a justiça de primeiro grau foram debatidas pela cúpula do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Nesta segunda-feira (11/1), o presidente da corte, desembargador Cleones Cunha, discutiu políticas de atenção à justiça de base, com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, à frente do Núcleo de Planejamento Estratégico da unidade.

Entre os temas, foram tratadas pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais do estado.

Pesquisa identificou o grau de descontentamento com obras em diversas unidades judiciárias, e que um meio de minorar os problemas seria a manifestação dos juízes em ofício, informando insatisfações ou incompatibilidades, disse a juíza Sônia Amaral. “Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA”, orientou Cunha. A resolução, quando finalizada, deverá ser submetida ao pleno do tribunal.

O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base. “O comitê poderá contribuir decisivamente no aperfeiçoamento dos serviços judiciários de primeiro grau”, frisou o desembargador.

Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presidência) e a servidora da CGJ-MA, Josiane Fonseca.

Comitê - O Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau foi instituído pelo órgão especial do TJMA em dezembro de 2014, seguindo política nacional criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 194/2014. A medida busca desenvolver, de forma contínua, iniciativas voltadas à melhoria da qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços judiciários de primeiro grau.

Fonte: TJMA

Foragido da Justiça é preso no município de Estreito-MA Maranhão

Uma equipe da Polícia Civil prendeu, neste domingo (10), um foragido da Justiça no município de Estreito. Handgger Araújo Fernandes é acusado do assassinato de Alair Silva dos Santos, em janeiro de 2004, e está foragido desde 2013, quando um mandado de prisão preventiva foi expedido pela 1ª Vara da Comarca de Estreito.

De acordo com a Polícia Civil, Handgger estava morando em Goiânia, onde utilizava uma identidade falsa, e veio a Estreito em dezembro, para passar as festas de fim de ano com a família, escondido na Zona Rural. No momento da prisão, Handgger portava um revólver e tentou sacá-lo, mas foi contido pelos policiais.

Com Handgger, foi encontrada uma carteira de habilitação falsa, com o nome de Manoel Brito de Sousa. Handgger, que foi transferido para Porto Franco, responderá por porte ilegal de arma de fogo, uso de identidade falsa e resistência.